



## Nova fase da “lava jato” investiga empréstimo pago pela Petrobras

A Polícia Federal cumpre nesta sexta-feira (1/4) mais uma fase da operação "lava jato", que investiga um esquema de corrupção na Petrobras. Desta vez o objetivo dos mandados é aprofundar a investigação de lavagem de dinheiro de cerca de R\$ 6 milhões de um empréstimo do Banco Schahin que foi pago com recursos da Petrobras.

De acordo com o portal *GI*, foram expedidos mandados de prisão contra empresário e dono do jornal *Diário do Grande ABC* e de empresas do setor de transporte e coleta de lixo Ronan Maria Pinto e o ex-secretário geral do PT Silvio Pereira.

O ex-tesoureiro do PT Delúbio Soares — condenado na Ação Penal 470, o processo do mensalão — é alvo de condução coercitiva. Também é alvo da mesma medida o jornalista Breno Altman. Os mandados de busca e apreensão estão sendo cumpridos nas empresas DNP Eventos, Expresso Santo André e Diário do Grande ABC.

Ao todo são 12 ordens judiciais: três mandados de busca e apreensão e dois de condução coercitiva em São Paulo (SP), um mandado de busca e apreensão e um de prisão temporária em Carapicuíba (SP), um mandado de busca e apreensão em Osasco (SP) e três mandados de busca e apreensão, além de um de prisão temporária em Santo André (SP).

### Empréstimo investigado

De acordo com o Ministério Público Federal, durante as investigações da operação "lava jato", constatou-se que Jose Carlos Bumlai — preso desde 25 de novembro do ano passado —, contraiu um empréstimo fraudulento junto ao Banco Schahin em outubro de 2004 no montante de R\$ 12 milhões. Segundo os investigadores, o empréstimo, no entanto, tinha por finalidade a “quitação” de dívidas do Partido dos Trabalhadores (PT) e foi pago por intermédio da contratação fraudulenta da Schahin como operadora do navio-sonda Vitória 10.000, pela Petrobras, em 2009, ao custo de US\$ 1,6 bilhão. Esses fatos já haviam sido objeto de acusação formal, sendo agora foco de uma nova frente investigatória.

Segundo o MPF, a partir de diligências, descobriu-se que, do valor total emprestado de R\$ 12 milhões a Bumlai, pelo menos R\$ 6 milhões tiveram como destino o empresário do município de Santo André (SP), Ronan Maria Pinto. Conforme a decisão que decretou as medidas cautelares, “a fiar-se no depoimento dos colaboradores e do confesso José Carlos Bumlai, os valores foram pagos a Ronan Maria Pinto por solicitação do Partido dos Trabalhadores”. Segundo os investigadores, para fazer os recursos chegarem ao destinatário final, foi arquitetado um esquema de lavagem de capitais, envolvendo Ronan, pessoas ligadas ao PT e terceiros.

O Ministério Público Federal afirma que há evidências que apontam que o PT influenciou diretamente junto ao Banco Schahin na liberação do empréstimo fraudulento.

Para chegar ao destinatário final Ronan Maria Pinto, os investigados se utilizaram de diversos esquemas para ocultar a origem dos valores e o destinatário final do dinheiro. Segundo o MPF, há provas que apontam que o esquema começou por intermédio da transferência dos valores de Bumlai para o



Frigorífico Bertin, que, por sua vez, repassou a quantia de aproximadamente R\$ 6 milhões a um empresário do Rio de Janeiro envolvido no esquema.

Este empresário carioca teria então feito transferências diretas para a Expresso Nova Santo André, empresa de ônibus controlada por Ronan Maria Pinto, além de outras pessoas físicas e jurídicas indicadas pelo empresário. Dentre elas o então acionista controlador do jornal *Diário do Grande ABC*, que segundo o MPF recebeu R\$ 210 mil em 2004. Na época, o controle acionário do periódico estava sendo vendido a Ronan Maria Pinto em parcelas de R\$ 210 mil.

Outras pessoas possivelmente envolvidas na negociação para a concessão do empréstimo fraudulento também são alvo da operação. Segundo o MPF, um dos envolvidos recebeu recursos de pessoas e empresas que mantinham contratos com a Petrobras e que já foram condenadas no âmbito da operação "lava jato". De acordo com os investigadores, alguns dos envolvidos já tiveram prévio envolvimento com crimes de corrupção. *Com informações da Assessoria de Imprensa do MPF e da Agência Brasil.*

Clique [aqui](#) para ler a decisão.

**Date Created**

01/04/2016